

**CONSELHEIROS DE SAÚDE DO BRASIL, UNI-VOS!  
PELO SUS! PELO DIREITO HUMANO À SAÚDE!**  
Rumo a 15ª Conferência Nacional da Saúde

Valdevir Both\*

"Somente os que forem capazes de encarnar a utopia serão aptos  
para o combate decisivo, o que pretende recuperar o  
quanto de humanidade já tivermos perdido"  
Ernesto Sábato, Antes del fin, 1998.

O título deste escrito é inspirado num chamado muito famoso, um pouco esquecido nos últimos tempos. Na origem dizia: “trabalhadores do mundo, uni-vos”! Pesquisei muito, mas não encontrei seu autor. Cheguei apenas a algumas pistas. Parece que foi dita por um Sr. barbudo, no séc. XIX, quando se avançava largamente a implementação da sociedade capitalista. Opa! Capitalismo? O que é isso? Também não consegui encontrar uma definição para essa palavra. Folhei diversos relatórios recentes de reuniões e conferências de saúde, mas pouco encontrei! Talvez tenha procurado no lugar errado, afinal, o que a saúde teria a ver com algo chamado capitalismo? No caminho dessa busca, pedi ajuda aos livros de história e encontrei um significado: “o capitalismo é um sistema societal centrado na acumulação de capital nas mãos de poucos às custas da exploração máxima do trabalho de muitos”. Confesso que essa definição não me convenceu, afinal, aprendi com o Fukuyama que o capitalismo é o sistema mais avançado que a humanidade já construiu até aqui e que nele todos podemos ser muito felizes, basta querermos, basta esforço pessoal.

No marco de preparação da 15ª Conferência Nacional da Saúde no Brasil, um primeiro exercício político-pedagógico interessante poderia se constituir em saber quem era o autor dessa frase e o que queria dizer com ela. Além disso, conversar com os amigos sobre o que é o capitalismo, a concentração de renda e riqueza às custas da exploração do trabalho alheio. Na esteira desses questionamentos, poderia resultar importante perguntar-se nas nossas rodas de conversa, se essas realidades ainda existem ou não nos dias de hoje e qual a sua relação com a saúde. Mesmo com dúvidas sobre o sentido que fazem essas perguntas para muitos/as no atual contexto do debate da saúde, as ponho, certo de que poderão ser acolhidas.

Na aurora do século XXI fomos acordados pela crise econômica mundial, uma velha conhecida que apareceu com “estilo novo”. Nos assustamos, pois seu “modelito” inovador, agora financeirizado, só aumentou a sua fealdade, que sempre lhe foi e continua sendo característica. Mas a intensidade do susto foi aumentada pelo alto grau de imprevisibilidade desta presença! Afinal, as “agências de classificação de risco” descartavam por completo essa visita horripilante quando a poucos dias, antes do grande “estouro” em 2008, classificavam os títulos imobiliários americanos, que iniciaram a crise, de AAA (a maior nota possível). Estas agências, criadas pelos grandes capitalistas, julgam empresas e governos e indicam quais deles têm saúde financeira e merecem crédito. Essas agências, as mesmas que desvalorizaram a maior produtora de petróleo do mundo, a Petrobrás, afugentando investimentos, foram as que supervalorizaram os títulos altamente apodrecidos nos Estados Unidos. Estranho, não?

A crise econômica mundial, “iniciada” em 2008 nos EUA, aparentemente diferente, mas a rigor muito semelhante às crises anteriores, está produzindo um efeito catastrófico de drenagem de recursos públicos para a rapinagem financeira privada. Dados comprobatórios não faltam. Em 2008, o Senado dos Estados Unidos votou a favor de um pacote de módicos 700 bilhões de dólares, dinheiro público para salvar o sistema financeiro de Wall Street. No

---

\* Doutorando em filosofia, educador popular no CEAP e professor no IFIBE.

mesmo ano, alguns países europeus (França, Áustria, Alemanha, Países Baixos e Itália) repassaram ao sistema financeiro (diga-se, a alguns bancos) a bagatela de 1,17 trilhão de euros, dinheiro pertencente ao povo. Mas bah tchê! Algum conselheiro de saúde, integrante de alguma Comissão de Finanças, Orçamento, etc, poderia me ajudar a traduzir esses valores em reais e ver o que poderíamos fazer com essa grana? Seria possível pagar quantos kg de churrasco no sul? Quantas moquecas capixabas poderiam ser saboreadas? Quantos pães de queijo em Minas? tapiocas, tacacás...? E quantas equipes de saúde da família, unidades básicas, Upas, etc? (por favor, não me deixem só, me ajudem nesse cálculo, aguardo retorno)!

Causa espanto quando representantes do “andar de cima” fazem críticas às políticas públicas como o *Bolsa Família* em função do seu suposto caráter “assistencialista”. Quem afinal vive mamando na teta do Estado? Soa estranho também o conselho clássico dos liberais capitalistas, como Milton Friedman, quando sugerem que políticas públicas universais como saúde e educação têm um alto custo à sociedade, ao ponto de se tornarem impagáveis, e desenvolverem a preguiça e a inércia nos “pobres”. Essas mesmas vozes, que têm seus representantes em toda parte, simplesmente calam quando quantitativos astronômicos de recursos salvam bancos. Especialmente a estes reitero: gastar dinheiro com o sistema financeiro capitalista gera duas consequências nefastas: a) *assistencialismo*, no sentido ruim do termo, sempre tão condenado por eles, visto que estão tão dependentes do Estado, do dinheiro público, que não conseguem viver sem essa mão amiga; b) *preguiça e inércia*, pois, como vivem basicamente às custas dos títulos da dívida pública, que geram alta lucratividade, o investimento no desenvolvimento produtivo se torna menos atrativo, produzindo disposição à preguiça nos grandes empresários e, como imediata consequência, uma inércia econômica. Não por acaso temos visto baixo crescimento econômico ou recessão em muitos países nos últimos tempos, mesmo tendo investido fortunas de dinheiro público. Insisto: continuar com essa política cria nos ricos, hoje proprietários do sistema financeiro, do qual a maioria dos Estados e “democracias contemporâneas” se tornaram escravos, “assistencialismo”, preguiça e inércia.

Diretamente proporcional a esse “assalto legal” aos cofres públicos é a continuidade e alargamento da concentração da renda e riqueza no mundo. Thomas Piketty, renomado economista francês, mostrou recentemente (2013) a habilidade do capitalismo em concentrar a riqueza nas mãos de poucos, mesmo em tempos de crise. A ONG britânica Oxfam International, divulgou um relatório em janeiro de 2015 estimando que, a continuar o atual ritmo da concentração de riqueza no mundo, em 2016 1% dos mais ricos terão maior riqueza que 99% da população. Outro dia, enquanto tomava uma taça de vinho durante a noite, jogado no sofá da sala, cansado depois de um dia longo de trabalho, ouvi um discurso de um economista formado em Harvard alertando para a necessidade de todos os setores da sociedade fazerem sacrifícios nesse momento de “crise”. Como saboreava um vinho, devo ter escutado mal e não devo ter entendido. Afinal, como um especialista, formado em Harvard, não saberia que os ricos ficaram muito mais ricos nos últimos anos, exatamente porque a palavra sacrifício lhe é desconhecida?

Mas se a economia anda “devagar, quase parando”, parada em muitos países, se os ricos continuam concentrando e enriquecendo como nunca, e se o dinheiro não cai das árvores, como isso é possível? Algum conselheiro ou conselheira de saúde pode explicar quem paga essa conta? Ora, a explicação está numa receita que não é nova, embora seus ingredientes sim! Essa lógica é sustentada pela exploração do trabalho humano, ou seja, do trabalho das mulheres e homens que labutam diariamente em todos os cantos do planeta. Obviamente que a engrenagem do capitalismo contemporâneo é muito mais complexa que em tempos idos (obviamente não vivemos mais no séc. XIX), mas para a nossa finalidade aqui, é suficiente afirmar o que é, e sempre foi, a essência do capitalismo: ele rouba o trabalho das pessoas. O capitalista financeirizado preguiçoso, que depende do “assistencialismo estatal” e nos leva reiteradamente a ciclos de inércia econômica, não deixou de depender da “mais-valia” (Opa! O que será a mais-valia?). Pelo contrário, como o dinheiro não é produzido

pelas árvores, como eu imaginava quando criança, os capitalistas continuam dependendo de energia humana viva (braços, corpos, “mentes criativas”, etc) tanto para produzir como para consumir. Seu desafio é amplificar a exploração dessa energia, do trabalho!

Altíssimas taxas de desemprego pelo mundo (poucas vezes vistas em países ricos) e a destruição das políticas sociais universais são as consequências mais imediatas e brutais, quando a prioridade é o ajuste fiscal (traduzindo: concentração de renda e riqueza nas mãos de poucos às custas da exploração de muitos) ao invés da proteção social dos trabalhadores. Causa perplexidade que países com sistemas de proteção social consolidados por décadas, de uma hora para outra, adotem reformas que destroem conquistas históricas, que são a expressão concreta da luta dos povos por seus direitos. Ainda que esses sistemas de proteção tenham sido implementados somente em alguns países durante o século XX, e tenham convivido perfeitamente com o capitalismo, destruí-los significa um duro golpe nos direitos sociais, sempre tão estranhos a esse mesmo sistema capitalista.

Desde quando a crise econômica “iniciou” em 2008, ganharam força um conjunto de discursos e práticas que requeimam um passado anterior à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Se em 1948 (com todos os limites intrínsecos ao processo de construção da referida Declaração) pactuamos termos mínimos (não máximos) da nossa convivência social, curiosamente isso está sendo visto hoje como inviável financeiramente e injusto socialmente. Em 1948, desgraçados pela guerra, pactuamos que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (Art. 1º). E não paramos por aí. Tínhamos o firme propósito de construir a paz mundial, embalados pela crença de que ela somente seria possível se houvesse justiça social. Disso resultou, entre outros tantos direitos proclamados, que “toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país” (Art. 22º). O texto deixou algumas lacunas, mas novamente fiquemos com o essencial para o nosso objetivo aqui: que todas e todos (e não somente alguns) têm o direito a ter direitos e que, entre eles, figura a segurança social.

O que anda na pauta por aí, nos debates do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), G20, Organização Mundial da Saúde, etc., já não é mais a busca de estratégias cooperativas internacionais para que a segurança social seja universalizada no mundo, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O que se afirma de forma explícita é que esse caminho seria impossível em função do alto custo financeiro aos Estados e injusto socialmente, afinal, como o orçamento é escasso, deve ser focado nos mais pobres. E claro, nesse “pacote ideológico”, embutem na população outra “verdade” mentirosa, a de que o Estado é por natureza ineficiente e corrupto. Nasce daí os chamados “pisos de proteção social”, que englobam ações e serviços básicos ou mínimos aos mais pobres, desprovidos das condições econômicas para os custearem. Com os demais, que não se enquadram na categoria “pobre”, o Estado não deve se preocupar, restando a estes comprarem a sua “proteção” social no mercado. Fiquei sabendo outro dia que essa proposta está tendo muita simpatia das grandes instituições financeiras do mundo (os capitalistas financeiros), pois pode significar a criação de um novo mercado muito lucrativo, inclusive com linhas de crédito com o objetivo de financiar o tratamento de câncer, a compra de vacinas, o pagamento por um parto ou o transplante de um órgão. “Genial”! Já estão estudando formas de subsídio público para essas propostas. Quando soube do fato, tive um sonho durante a noite. Nele me apaixonei por uma linda mulher, de fazer inveja à Mona Lisa. Ao me aproximar, fitei seus lindos olhos e sussurrei: “quero seu coração pra mim”! Imediatamente me respondeu: “impossível meu anjo, não posso lhe dar o que não me pertence. Estou viva graças a um transplante financiado pelo banco. Durante os próximos 15 anos, meu coração estará penhorado”. Com os olhos lacrimejados, sentenciou: “se o

queres para ti, deves negociá-lo com o banco”. Acordei do pesadelo e estava me dirigindo a uma agência bancária para liquidar o empréstimo dela através de um novo financiamento.

A tradução dos “pisos de proteção social” para a área da saúde é a adoção e implementação da chamada “cobertura universal de saúde” (atenção: não é sistema universal de saúde), que propõe serviços mínimos aos mais pobres. O que se esconde, ou nem tanto, por trás destas propostas, é a violação do princípio elementar da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotado em nossa Constituição, que é a nossa condição de igualdade (realço aqui a igualdade no sentido que lembra Boaventura de Souza Santos, que é preciso defender a igualdade quando a diferença nos inferioriza e defender a diferença quando a igualdade nos descaracteriza). Diferente do que propunha a Declaração, o que está em curso é a “inferiorização” da maior parte dos homens e mulheres da sua condição de sujeito de direitos, em específico aqui, do direito à proteção social.

Mas, o que é mais preocupante é que estas propostas estão sendo levadas a efeito em nome da própria Declaração Universal dos Direitos Humanos. Senão vejamos o que diz o Relatório *“Piso de Proteção Social para uma Globalização Equitativa e Inclusiva”* do Grupo Consultivo constituído pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) com a colaboração da Organização Mundial da Saúde (OMS): “a noção de Piso de Proteção Social está ancorada no princípio fundamental de justiça social e no direito universal de todos à seguridade social e a um padrão de vida digno. As disposições estabelecidas no marco conceitual do Piso referem-se a uma série de direitos constantes na Declaração Universal de Direitos Humanos”. Genial, não se tratasse novamente de um “golpe semântico”, pois no texto em questão a noção de direitos humanos é empregada de forma imprópria para justificar uma proposta que implode com o seu significado histórico mais caro.

Esse processo anda a passos largos em todo mundo. Com maior ou menor intensidade, a atual reacomodação capitalista mundial está provocando a perda de direitos de milhões e milhões de pessoas, exigindo alta carga de sacrifício humano e significando para muitos a perda do direito mais elementar que é a vida. Mesmo que a razão para a morte de 700 pessoas, que viajavam num navio pesqueiro em condições sub-humanas da Líbia para a Itália em abril de 2015, não seja única, como ignorar o fato de que esses seres humanos fugiam de uma situação de extrema pobreza absoluta? A respeito, me lembro da noite em que foi veiculada pela TV a notícia de que os países ricos estavam reunidos para discutir o problema. O consenso a que chegaram foi de que era preciso destruir as embarcações que realizam o tráfico humano, aumentar a fiscalização e qualificar as operações de salvamento em caso de acidentes. Meu filho de dez anos, na sua ingenuidade de criança, interrogou-me: “pai, mas e as milhares de pessoas famintas que estão aguardando na costa da Líbia, como vão conseguir fugir para a Europa em busca de comida com essas medidas?” Juro que tive a impressão de que nascemos inteligentes e nos tornamos imbecis quando atingimos a “maioridade” (Kant que me perdoe)!

Em terras brasileiras, mesmo que com um grau de dificuldade maior, o capitalismo, e os efeitos da sua crise iniciada em 2008, não deixaram de mostrar os seus rastros. Os capitalistas financeiros, usando de todos os mecanismos possíveis, buscaram ao máximo capturar o Estado (o que não significa advogar a tese de que o Estado é apenas “vítima do sistema”). Por isso, se por um lado o país adotou várias políticas sociais importantes na última década (ancoradas e permitidas pela decisão política do governo federal por um determinado modelo de desenvolvimento), divergindo, em muitos casos, do receituário neoliberal de plantão, também é verdade que o país ainda não conseguiu realizar e consolidar algumas mudanças profundas e que impactam estruturalmente na proteção social do povo brasileiro. Nossa taxa de juros, altíssima, diga-se de passagem, continua garantindo altas fatias de lucro aos financistas. Dados apontam que em 2014, os cinco maiores bancos do país lucraram mais de 60 bilhões de reais. Isso representou um aumento de mais de 14% se comparado com 2013. Além disso, seu patrimônio cresceu mais de 18% nos últimos 12 meses (atingindo 370 bilhões). Parafraseando minha vó: *meeeeeeeu Jesus!*

(Obs: ela recorria a essa expressão, e com ênfases diferentes na letra “e”, em casos muito excepcionais, quando o nível de espanto era elevado). Estranho que esse crescimento se dê num cenário em que todos deveriam fazer “sacrifícios”. A alta taxa de juros, sempre elogiada pelos capitalistas financeiros preguiçosos, tem sido posta como importante remédio para combatermos a inflação e atrair dinheiro, especialmente dos “investidores estrangeiros”, para custear o “projeto brasileiro”. No entanto, quanto maior o juro, maior o rendimento com os títulos da dívida pública. Na Argentina, os fundos investidores em papéis da dívida foram chamados recentemente de “fundos abutres”. Porquê será?

Essa captura do Estado pelo sistema capitalista financeiro tem comprometido mais de 40% do orçamento da União com os juros, amortização e renegociação da dívida pública. Ainda que se reconheça como importantes avanços dos últimos anos o fato da “desdolarização” da dívida pública (isso significa maior governabilidade do Estado sobre a dívida, administrando-a a partir da taxa de juros interna-Selic e dependendo menos da variação externa do câmbio), e a sua diminuição se comparada com o PIB, esse império financeiro é inaceitável. É público e notório que o montante de mais de 40% do orçamento da União, destinado a “rapinagem”, impede um projeto de desenvolvimento que tenha como princípio a justiça social. Dados do orçamento federal, executado em 2014, dão conta de que gastamos 45,11% com juros e amortização da dívida pública. Esse percentual representa 978 bilhões de reais, quase um trilhão. Significa 11 vezes mais do que foi gasto com saúde. Um aumento também em relação a 2013, quando gastamos 40,30% com a dívida pública. *Meeeeeeeeeeeeeeeeeeeeeu Jesus!*

Mas os capitalistas não se contentam somente com os títulos da dívida por aqui. Interessa a eles, sobremaneira, outras “áreas férteis” na produção de dólares. O petróleo é o mais cobiçado. Afinal, se em nossa “terra tem palmeiras, onde canta o sabiá”, tem também o óleo do pré-sal, que às petrolíferas privadas interessará! Estimativas indicam que as reservas do pré-sal seriam algo em torno de 70 a 80 bilhões de barris. Isso representa algo em torno de 9 trilhões de dólares. Traduzindo para a nossa moeda, nada menos que 22 trilhões de reais. Isso é dinheiro que pertence ao povo. Pediria novamente a ajuda aos conselheiros bons em cálculo: se fôssemos dividir 22 trilhões de reais por 200 milhões de brasileiros, quanto daria para cada um? Prevendo essa quantidade de barris, o governo brasileiro criou um novo marco regulatório da exploração do petróleo no Brasil. A mudança de legislação data de 2010, quando era presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e estabelece o “regime de partilha” para o petróleo do pré-sal. Com ele, a propriedade é exclusiva do Estado e as empresas, quando exploram, recebem pelos custos da exploração e mais uma parcela do lucro sobre o campo (tecnicamente são chamados de “custo em óleo” e “óleo excedente”). Essa lei abriu caminho para que fosse aprovada em 2013, já no governo da presidenta Dilma Rousseff, a lei que destina 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-sal para a educação, e 25% para a saúde. Não é demais lembrar que este modelo é bem diferente daquele criado em 1995, quando o presidente era Fernando Henrique Cardoso, que permitiu às concessionárias exploradoras dos campos (grandes empresas privadas multinacionais) a posse do petróleo extraído por elas no que era chamado de “regime de concessão”. Ele propiciou às empresas o domínio sobre o “ouro negro” que, por direito constitucional pertence igualmente a todos os brasileiros. Durante a vigência do mesmo as empresas pagavam somente um quantitativo x ao Estado, mas não partilhavam o produto extraído. Na média, um valor baixíssimo diante da quantidade de barris que exploram.

Esse novo marco legal foi criticado por uns, elogiado por outros e atacado odiosamente por terceiros. Os primeiros argumentaram que a nova lei era um avanço, mas que as empresas privadas ainda teriam muito lucro com o “regime de partilha”. Os segundos reconheceram que a novo marco legal significava o acordo “possível” à época para que o monopólio do pré-sal voltasse ao Estado, mesmo que esse dependesse de empresas para a sua exploração. Ambos, porém, partem do mesmo princípio, a dizer, de que o petróleo, que é uma das maiores riquezas brasileiras, pertence ao povo e não a iniciativa privada (alguns poucos capitalistas). Os que pertencem ao terceiro grupo, coordenados por fortes grupos

econômicos, aliados às empresas petrolíferas estrangeiras e aos meios de comunicação no Brasil (a Rede Globo é a principal), reagiram com extrema violência à lei de 2010. Para fazê-lo, requestraram velhos argumentos, através dos quais parece terem convencido parcela grande da população. Venderam a “verdade” mentirosa de que o estado brasileiro estaria afugentando os investimentos das empresas petrolíferas do Brasil, e estando ele (o Estado) descapitalizado para tal empreitada, não sobraria outra consequência à falência do modelo adotado. Essa posição foi fortemente corroborada em 2014, por outro princípio liberal capitalista já citado acima, o de que o Estado não funciona e é corrupto por natureza. A prova estaria na “Operação Lava Jato” da polícia federal, que revelou sérios problemas de corrupção na Petrobrás. Uma das principais vozes desse grupo, Reinaldo Azevedo, da Revista Veja, chegou a sentenciar no final de janeiro de 2015: “Dilma só tem uma saída honrada e honrosa: anunciar a privatização da Petrobras depois da desratização. Mas não fará isso, é claro! Enterrará a estatal e o país”.

Reinaldo Azevedo sintetiza qual é o real objetivo de um pequeno grupo de capitalistas bilionários nacionais e internacionais: privatizar uma das nossas maiores riquezas. Veja, com essa fala de Reinaldo Azevedo, que nada mais é que a expressão dos capitalistas reacionários, preguiçosos e “assistencialistas” em terra brasileiras, não se põe como objetivo acabar com a corrupção, bandeira histórica dos defensores do SUS no Brasil. Usa desse argumento, como em outros momentos da história, somente para buscar privatizar o que é do povo. Isso sim é corrupção! Se quisessem acabar com a corrupção, os grandes meios de comunicação estariam dando a mesma ênfase a escândalos de corrupção ainda maiores, descobertos recentemente. Falamos aqui do caso “HSBC” e “Operação Zelotes”. No caso do HSBC, estima-se que 8.667 correntistas brasileiros, diga-se de passagem, muito ricos, tinham escondido (oficialmente fala-se depositado) na filial suíça do HSBC em 2006 e 2007, mais de 20 bilhões de reais. Tudo isso para não pagar imposto. Esse grupo de mais de seis mil brasileiros, que reclama dos altos impostos no país, sonogou um montante quase igual ao orçamento previsto para o Bolsa Família em 2015, e que atende mais de 14 milhões de famílias. Com a operação Zelotes, descobriu-se que grandes empresas brasileiras, incluídas aí empresas de comunicação, as mesmas que ecoam os males da corrupção do Estado brasileiro, subornaram e compraram conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), ligado ao Ministério da Fazenda. Estas empresas, para não pagarem as dívidas aplicadas pela Receita Federal, pagavam propina para que os conselheiros (muitos indicados pelas próprias empresas) interviessem no sentido de anular ou diminuir essas multas ao máximo. Minha avó chamava essa prática de roubo. Nessa “brincadeira”, estima-se que foi sonogado um montante superior a 19 bilhões de reais. Num comparativo rápido, três vezes mais do que consumiu supostamente a corrupção na Petrobrás (6 bilhões). O Banco Santander é acusado de anular débitos que superam 3 bilhões de reais (o fato indignou a sogra de um primo meu, fazendo com que tirasse todo o dinheiro depositado nessa instituição). O Grupo Gerdau, segundo as investigações, é acusado de anular 1,2 bilhão em dívidas. Recentemente ouvi um discurso do presidente do Conselho do Grupo Gerdau que dizia: “existem diversas maneiras de transformar nosso mundo num lugar melhor para se viver. Não existe nenhuma receita mágica ou fórmula secreta”. Numa democracia é preciso dar o direito de inocência a todos os cidadãos até que se prove o contrário. Mas, se as denúncias sobre o CARF se confirmarem, existem sim fórmulas secretas que tornam o mundo dos ricos um lugar “melhor” de se viver.

Porque a grande mídia não toca nos casos HSBC e Operação Zelotes, que implicam valores próximos a 40 bilhões de reais? Atenção: 40 bilhões é quase a metade do investimento anual em saúde por parte da União! A hipótese é simples: não querem acabar com a corrupção no Brasil, até porque, são elas próprias, enquanto grandes empresas capitalistas, as envolvidas nos maiores escândalos de corrupção no país. O Grupo de comunicação RBS, afiliado da Rede Globo no Sul do país, é suspeito de pagar 15 milhões de reais em propina para se livrar de um débito fiscal de 150 milhões no CARF. Portanto, repito: quando falam diuturnamente da corrupção na Petrobrás é para privatizá-la, nada mais! Aliás, estes grandes grupos de comunicação sabem muito bem que a corrupção está na alma do

capitalismo, e em sendo elas próprias grandes empresas, ou seu negócio dependendo do apoio publicitário das empresas capitalistas, a corrupção não lhe é estranha. Ignácio Rangel já dizia: “A corrupção é o creme do capitalismo. Não se desesperem, isso é sinal de que o capitalismo está se expandindo”.

O tema da concentração dos meios de comunicação no Brasil mereceria uma atenção muito maior do que atualmente a sociedade e conselheiros de saúde lhe atribuem. Não é aceitável que somente a opinião de dez famílias brasileiras, que controlam os grandes meios de comunicação, entrem em praticamente todos os lares brasileiros, todos os dias. Se o fato por si só já viola a legislação que proíbe a concentração no país, isso se agrava ainda mais quando levado em conta o tratamento dado por eles às políticas públicas. Quem milita no campo da saúde pública sabe o que é conviver diariamente com noticiários tendenciosos que se destinam a desconstruir uma das maiores conquistas do povo brasileiro que é o SUS. O que se pretende não são críticas construtivas, sempre muito salutares para avançarmos no sistema. Em muitos dos casos, a mensagem subliminar que é passada é: “o SUS não funciona e nunca vai funcionar. Tenha um plano privado de saúde.” Portanto, a grande imprensa, quando se comporta assim, faz mal à saúde pública, ao interesse público. Ao se comportar assim, não informa, mas, interessadamente, desinforma. A grande imprensa brasileira, pela sua parcialidade, tende a imbecilizar as pessoas e tirar-lhes o senso crítico. Ela produz o que Vandana Shiva, uma grande filósofa feminista indiana chamava de “monocultura da mente”. Da mesma forma como a monocultura agrícola faz mal à saúde, pois expulsa a biodiversidade, a monocultura da mente acaba com a diversidade dos olhares sobre o mundo. Da mesma forma como os responsáveis pela monocultura agrícola tendem ao esconderijo (é assim que interpreto o PL 4148/2008, aprovada pela Câmara dos Deputados no dia 28 de abril de 2015, que dispensa as indústrias de informarem no rótulo a origem transgênica) os responsáveis da monocultura da mente escondem que são ou estão a serviço de grupos sociais do “andar de cima”. Da mesma forma como as monoculturas agrícolas tendem a intoxicar o meio ambiente, pela alta carga de agrotóxicos (e não defensivos, como querem nos fazer crer), a monocultura da mente intoxica as nossas relações sociais. Essa poluição tem contribuído para criar e disseminar o ódio das pessoas à política, às instituições (partidos, por exemplo), aos políticos, às políticas públicas centradas na efetivação de direitos. Outro dia, um ex-ministro da saúde, foi hostilizado publicamente num restaurante em São Paulo, em virtude de ter sido o responsável por implementar o programa “*Mais Médicos*”. *Meeeeu Jesus!* Onde está o “crime” de uma política pública que tende a ampliar o acesso de milhões de pessoas a um médico e que é aprovada por mais de 80% dos usuários? Críticas são sempre bem vindas e não podemos nos furtar delas em qualquer circunstância; no entanto, a forma como foi feita (um momento privado do ex-ministro) é completamente condenável, da mesma forma como o seu conteúdo, que amplia a desinformação e prejudica o avanço do SUS. Atitudes como estas tendem a ser colhidas num “solo odioso”.

A fala do cidadão no restaurante provoca desinformação e despolitização por diversos temas citados. Interessa-nos tão somente a parte do discurso em que cita o tema dos impostos. Atenção conselheiros: este tema deve nos interessar! Tem se tornado normal no Brasil a repetição de um discurso plantado pelas grandes elites capitalistas, que todos nós brasileiros e brasileiras pagamos muito imposto. É repetido aos quatro ventos que esse é um dos maiores males do país, ao ponto do pagamento do imposto se tornar uma ação otária – são instalados “impostômetros” nas praças. E a quem é responsável por cobrá-lo, no caso o Estado, imputem-lhe o sinônimo de ladrão. Esse tema, de tanto circular na grande imprensa, tem ganhado as nossas mentes (monoculturadas), nossos corações e ido para as ruas: “sonegar é legítima defesa”, dizia um cartaz em uma das mobilizações a poucos meses – ainda bem que já estão sendo instalados “sonegômetros”. Esse discurso é perigoso para os nossos direitos, para a saúde, por dois motivos: primeiro, não existe política pública universal de qualidade em nenhum lugar do mundo, e não terá em Marte quando formos prá lá, sem uma cobrança equivalente de impostos; segundo, não é verdade

que todos os brasileiros pagam muito imposto. Quem paga muito imposto no Brasil é o povo assalariado, que ganha menos, que é a maioria da população.

Vamos aos dados que mostram esse “festival de injustiças tributárias”, geralmente escondido pela grande mídia no Brasil. Os que recebem até dois salários mínimos contribuem com 54% da sua renda para o pagamento de tributos. Os que recebem acima de trinta salários mínimos, com 29%. Além disso, não podemos esquecer que ainda somos um país machista e racista. Dados recentes mostram que a população mais pobre é formada por 68,06% de negros e 31,94% de brancos. Destes, 45,66% são homens e 54,34% de mulheres. Do outro lado da pirâmide, a população mais rica é formada por 83,72% de brancos e 16,28% de negros. Destes, 62,05% são homens e 31,05% mulheres. Logo, como concluiu um importante estudo do INESC, se os mais pobres pagam mais imposto, proporcional à sua renda, negros e mulheres são os mais penalizados. De novo!

Isso acontece principalmente porque nossa carga tributária é chamada de “regressiva”, fazendo com que uma quantia grande do imposto recaia sobre os bens e serviços consumidos pela maioria dos brasileiros. Estima-se que quase a metade da carga tributária venha do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Uma injustiça flagrante, que só aumenta quando consideramos que quem ganha um salário mínimo no Brasil e o Jorge Paulo Lemann (maior bilionário brasileiro, dono da Ambev e que reiteradamente reclama que paga muito imposto) pagam o mesmo percentual de imposto quando abastecem os seus respectivos veículos automotores ou compram um kg de feijão. Mas isso ainda não é tudo! Me contou um amigo de uma vizinha, que vive no Brasil uma normativa que isenta de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) as embarcações de luxo como lanchas, jatos particulares, jet skis e helicópteros. Eu não acreditei! Afinal, como acreditar que um jogador de futebol muito rico no Brasil (aliás, muitos jogadores e ex-jogadores muito ricos no Brasil costumam reclamar e ir para a rua contra os altos impostos) não tenha pago IPVA sobre a sua luxuosa lancha de mais de 15 milhões de reais que exibiu recentemente, enquanto o irmão da minha vó, que é assalariado, tenha pago o respectivo imposto sobre o seu carrinho popular? Mesmo não acreditando muito nesse amigo da minha vizinha, seria interessante que os conselheiros de saúde checassem se essa informação é verdadeira ou não (esse amigo da minha vizinha tem umas “sacadas” impressionantes: há alguns meses, da sacada do seu apartamento, zombava de um artista muito famoso que marchava contra a corrupção trajando uma camiseta da CBF).

É por essas e outras que ricos do Brasil, que muito reclamam, pagam muito pouco imposto por aqui. O percentual sobre o patrimônio é pífio, de modo que a sua contribuição para o bolo final da arrecadação alcança míseros 3,5%. Nos Estados Unidos é acima dos 12%. Outro dado que ajuda a perceber a injustiça tributária no Brasil é a taxa de capital. Se na França é de 38,5%, no Canadá 31%, na Alemanha 26,4%, nos EUA 21,2% e na Turquia 17,5% (pelo que me consta, nenhum destes países é socialista ou comunista), no Brasil é 0,00%. *Meeeeeu Jesus!* Como não pautar na conferência municipal, estadual ou nacional o imposto sobre as grandes fortunas (IGF), previsto na Constituição? Alguns dados indicam que, taxando em 1% os endinheirados que têm um quantitativo acima de um milhão, teríamos em torno de 100 bilhões por ano. Nada seria mais justo, afinal, como lembra bem Rawls (que é um liberal americano e não um comunista cubano) a tributação deve ser um mecanismo de realização dos direitos e da igualdade numa sociedade e não de manutenção de privilégios ou acirramento da desigualdade social.

É por isso que “me dá nos nervos” (lembrando da minha avó) quando ouço por aí, nas conferências e conselhos de saúde pelo Brasil, ou nas rodas de chimarrão no meu querido RS, que o Brasil ou os brasileiros pagam muito imposto. Esse discurso é uma cilada e um grande gol contra o SUS e os nossos direitos. Se dermos eco a ele, vamos embarcar na agenda atual dos grandes capitalistas que querem pagar ainda menos do que já pagam atualmente no Brasil e fortalecer o discurso da “sonegação legítima”. Nossa tese deve ser



outra: os pobres, negros, mulheres, assalariados, etc, pagam muito imposto e os ricos pagam pouco. Logo, a agenda será diminuir a carga ao primeiro grupo e aumentar para o segundo. Seria lindo um auditório de conferência de saúde tomado por faixas e cartazes com os dizeres: “IGF já” ou “os militantes do SUS advertem: a taxaço do capital financeiro faz bem à saúde pública”.

Mas a fome dos capitalistas não pára por aí. Cada vez mais esfomeados, andam ampliando seus negócios para áreas como a saúde a um ritmo cada vez mais acelerado. Se atentarmos para as cifras da indústria farmacêutica mundial, veremos que, em 2008, faturou mais de 500 bilhões de dólares. Em 2011 o lucro passou para mais de 700 bilhões de dólares. E as cifras não param de crescer. O Brasil figura como um dos grandes consumidores de remédios. No primeiro trimestre de 2015, de acordo com a própria Interfarma, as vendas de medicamentos no varejo no Brasil aumentaram 12%, superando os 10 bilhões de reais. Confirmando isso na cidade onde moro, dado que os vendedores de remédios abrem uma farmácia nova a cada semana. Como a saúde agradecerá se fossem padarias ou livrarias! Mas não, nossas ruas estão cada vez mais habitadas por farmácias.

Outro dia uma conselheira muito atenta, participando de um curso de formação, me indagou: sonhei que ficarei bilionária; se isso se confirmar, e eu te contratar como assessor de investimentos, qual seria a sua sugestão para esse dinheiro ser rentável hoje e no futuro? Sem pestanejar, retruquei: compre um banco ou um laboratório farmacêutico! Se a opção fosse o laboratório, acrescentei que deveria ter um grande gasto em marketing (em média os laboratórios gastam o dobro em marketing do que em pesquisa) e um bom discurso humanitário, até para justificar as isenções tributárias. No entanto, alertei de que não deveria se voltar para os problemas de saúde dos mais pobres, especialmente países africanos. Isso rende pouco. O ano era 2014 e a minha resposta foi corroborada pelo alerta dado pela diretora-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Margareth Chan, que naquele ano criticou duramente a indústria farmacêutica em função do terrível surto de ebola em países paupérrimos da África. Enquanto o número de mortes por causa do ebola se aproximava dos 5 mil, ela alertava: "historicamente o ebola foi confinado a países africanos mais pobres. O incentivo de pesquisa e desenvolvimento é praticamente inexistente. Uma indústria com fins lucrativos não investe em produtos para mercados que não podem pagar”.

Se a indústria biomédica atual retorna altas fatias de lucro e promete ser ainda mais promissora no futuro próximo, ela tende a deslegitimar o discurso dos direitos sociais e da construção de Sistemas Universais de Saúde como o SUS no Brasil. Mesmo que ela se utilize do preceito constitucional da universalidade da saúde quando lhe convém, como no caso da judicialização criminosa de tratamentos e medicamentos (e com isso não afirmo que a judicialização da saúde seja um problema em si, até porque direitos exigem um sistema judiciário autônomo e atuante. Mas, o que está em questão aqui é a utilização do sistema judiciário como instrumento de lucratividade irresponsável, como mostrado há pouco tempo na imprensa brasileira). Para quem faz da saúde um negócio lucrativo, interessa que o SUS no Brasil não funcione. Quanto mais gente na fila, melhor; para isso, quanto maior o sub-financiamento, melhor. Aqui vale o ditado popular “quanto pior, melhor!”. Em muitos casos, esse sofrimento humano rende boas manchetes nos veículos de comunicação, não como crítica para melhorar o sistema, o que seria muito importante, mas para disseminar junto à população uma cultura liberal individualista de que os sistemas públicos universais, que partem do pressuposto dos direitos humanos, são inviáveis. No entanto, o SUS, muito embora tenha problemas que precisam ser enfrentados com urgência, tem qualidades inestimáveis e a opção acertada da sociedade brasileira por um sistema universal de saúde na década de 1980 já faz dele um dos seus maiores patrimônios. Mas essas qualidades tendem a ser escondidas pela imprensa e muitos prestadores e profissionais. Acompanho, por exemplo, muitas campanhas de doação de órgãos, e que são importantes para a ampliação dos transplantes. Mas poucas divulgam o fato de que a maior parte dos transplantes é feita pelo SUS. Vejo pouco sobre o eficiente sistema de vacinação brasileiro. Quase nada sobre o papel da vigilância do SUS. Pouco sobre o Serviço de Atendimento

Móvel de Urgência (SAMU) como parte integrante do SUS. A respeito, outro dia um conselheiro de saúde sugeriu, numa conferência municipal de saúde, que o SUS deveria ter um serviço de atendimento móvel de urgência como o SAMU. Sua proposta era justificada diante do rápido atendimento prestado pelo SAMU à família, funcionários e os próprios apresentadores de televisão muito ricos do Brasil, que caíram de avião. Essas qualidades do SUS são deixadas no anonimato. Esta dupla estratégia, de ataque ao SUS e esconder as suas ações induzem as pessoas a terem um plano privado de saúde. Nunca é demais lembrar que o lucro dos planos de saúde em 2013 foi de 111 bilhões de reais. *Meeeeeu Jesus!* Se comparado ao lucro no período de 2003 a 2011, o crescimento foi próximo a 200%.

A estratégia de deslegitimar e desconstruir o SUS não é de hoje. Ela vem desde o momento que o aprovamos a “duras penas” na Constituição. Desde o início, o formato da relação público-privado que adotamos na Constituição em 1988 tem se mostrado contraditório ao direito à saúde. No entanto, o que ocorre de novo nesse momento no Brasil é o tamanho da ofensiva que está sendo levada a cabo por certos setores e forças políticas para desconstruir o SUS e outras conquistas que têm tudo a ver com a seguridade social e a saúde. É assustador a quantidade de projetos de lei que estão entrando na pauta do Congresso Nacional e que violam direitos. Capitaneado pelo seu presidente Eduardo Cunha, a Câmara Federal não tem medido esforços nesse sentido. Ainda em abril, cumprindo sua promessa de campanha para a presidência da Câmara, Eduardo Cunha pôs a votação, e aprovou, o Projeto de Lei-PL 4330. Esse projeto permite que os trabalhadores da atividade-fim de uma empresa não sejam mais contratados diretamente por ela, mas por uma empresa terceirizada que terá como finalidade o lucro. O tamanho do prejuízo ao trabalhador já pode ser calculado pelos dados disponíveis: o trabalhador terceirizado ganha 27,1% a menos do que o contratado diretamente. A cada 10 acidentes de trabalho, 8 acontecem com o terceirizado. De cada 5 mortes no trabalho, 4 ocorrem com os trabalhadores terceirizados. Por isso, diferente do que os 230 deputados defendem, que votaram sim ao projeto, essa proposta não visa regulamentar os hoje 12 milhões de terceirizados da atividade-meio, mas, flexibilizar os direitos de 33 milhões de contratados diretamente. Pergunto a você conselheiro: esse projeto tem alguma relação com o tema da saúde? Seria o caso de termos uma faixa nas Conferências de Saúde com os dizeres: “a terceirização dos direitos dos trabalhadores faz mal a saúde”!

O segundo projeto que anda a uma velocidade nunca antes vista, é o que reduz a maioria penal. Há poucos dias foi aprovada, após uma manobra autoritária de Eduardo Cunha, em primeiro turno no plenário da Câmara, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos para crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. A aprovação desta matéria preocupa por demais os conselheiros de saúde, especialmente os jovens, que conhecem o lastimável sistema carcerário brasileiro e sabem que quem lá está são majoritariamente negros e pobres. Sabem também, que esse projeto é péssimo para esses jovens e a sociedade em geral se atentarmos para os altos índices de transmissão da AIDS dentro dos presídios brasileiros. A taxa de infecção é 60 vezes superior à taxa na população total do país. Portanto, as chances de infecção por AIDS da juventude brasileira aumentarão consideravelmente. No calor dos debates, houve deputado citando a pena de morte indonesiana como modelo eficiente de redução dos crimes envolvendo o tráfico de drogas. Insinuava ele o quê: algum projeto logo aí na frente de pena de morte aqui no Brasil? Reitero: essa aprovação tem alguma relação com a saúde? Alguma sugestão de faixa aqui?

Mas a “onda reacionária” solta por aí, tem também uma proposta que pode decretar o fim do SUS como sistema universal de saúde no Brasil. É meus amigos conselheiros, é nesse estágio que nos encontramos. A PEC n. 451/2014, se aprovada, obrigará as empresas com mais de 30 trabalhadores a pagarem plano de saúde privados a todos os empregados. Eduardo e sua turma, comprometidos com os planos privados de saúde, tem como único objetivo fortalecer a saúde privada e destruir nosso SUS. E tem conselheiro que está

achando que essa proposta será um avanço ao país. Outros conselheiros não estão preocupados com a proposta. A todos digo: vigiai! Afinal, a onda contra os direitos se fortaleceu nos últimos tempos e os financiadores das campanhas estão “cobrando a conta”. Já foi demonstrado que Eduardo Cunha foi um dos maiores recebedores de recursos de empresas privadas de saúde no último pleito eleitoral. Estas empresas distribuíram 52 milhões de reais para 131 candidaturas, de 23 partidos políticos. Cunha recebeu só da Saúde Bradesco 250 mil reais. É por isso que propôs uma Emenda a Constituição em 2014, que anistiava as multas dos planos de saúde em 2 bilhões de reais. Ainda bem que ela foi rejeitada pela Presidenta da República. Na mesma perspectiva, engavetou a CPI contra os planos de saúde quando assumiu a presidência. Será por isso que em maio último a Câmara aprovou o financiamento privado de campanha? Está provado que a conta cobrada pelas empresas, quando financiam candidaturas, é alta, o que justificaria mais dois cartazes ao fundo dos auditórios das nossas conferências: “o financiamento privado de campanhas faz mal a saúde”; “queremos uma reforma política de verdade”!

O que está em jogo, com o projeto de obrigatoriedade das empresas pagarem planos de saúde, é o direito à saúde dos brasileiros. Isso vai desobrigar o Estado a fortalecer e qualificar o SUS para todos. Por outro lado, será a oportunidade de ouro dos planos privados de saúde de expandirem os seus negócios no Brasil. Será também a oportunidade ímpar, dentre outras já existentes, para as empresas e o capital estrangeiro atuarem na assistência à saúde no Brasil, visto que agora, por conta da Lei n. 13.097/2015, esse investimento lhe foi permitido. Essa Lei, que altera a redação do art. 23 da Lei n. 8080, foi incluída pelo Congresso Nacional, quando da apreciação da MP n. 656, e sancionada pela Presidenta da República em janeiro de 2015.

Num contexto biopolítico, em que os corpos e mentes se traduzem cada vez mais em “mercadoria estratégica” para investimentos do capital, é de extrema importância reafirmarmos a supremacia do direito à saúde como mecanismo de enfrentamento da exploração contemporânea. É desta constatação e princípio que decorre a defesa intransigente do SUS como sistema universal e gratuito. Defender com “unhas e dentes” a continuidade do SUS no processo da 15ª Conferência Nacional da Saúde no Brasil não significa ignorar os mais diferentes problemas e limites que carrega consigo. Significa, acima de tudo, manter aceso um projeto civilizacional e de país que respeite e promova a dignidade humana. Defender o SUS significa ter como horizonte uma **saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas, um direito inalienável do povo brasileiro!** Defender o SUS significar contribuir na luta para que a proteção social se afirme cada vez mais como direito humano em nosso país. É manter erguida a bandeira de William Beveridge (Obs: ele não era comunista, bolivariano, etc! Conhecer ou retomar as suas reflexões seria uma tarefa muito importante para os defensores dos sistemas universais de saúde e seguridade social), que acreditava ser tarefa de todo governo a luta contra a escassez, a doença, a ignorância, a miséria e a ociosidade. Beveridge nunca propôs a ruptura do regime econômico capitalista, de modo inclusive que a sua proposta tornou-se uma alternativa para continuá-lo. No entanto, num momento em que o capitalismo ataca os direitos humanos e a democracia como poucas vezes de viu, defender o Estado de bem-estar social pode significar uma ação “revolucionária”.

Se essas provocações fazem algum sentido, talvez o desafio maior da 15ª Conferência Nacional da Saúde seja defender a continuidade da UNIVERSALIDADE E GRATUIDADE do SUS. De novo: isso não significa dizer que ele não precise de avanços estruturais. No entanto, o que está em questão com os ataques que vem sofrendo nos dias atuais é o seu “objetivo fundacional”, sem o qual, perderá sua identidade.

A amplitude desse desafio nos remete ao espírito da 8ª Conferência Nacional da Saúde (1986). Naquela oportunidade, os delegados estavam menos preocupados em aprovar mil propostas e talvez mais centrados num propósito político mais amplo que o país demandava naquele período. Seus delegados também não tinham tanta preocupação que os termos da

sua proposta, ou que o seu Município ou o seu Estado fossem contemplados e citados na redação do relatório final. Mais do que apenas participar da Etapa Nacional tinham um compromisso enorme de multiplicar as discussões em pequenas reuniões na esfera local, nas quais eram envolvidas uma multiplicidade sem fim de entidades, grupos, organizações e movimentos. Esse processo foi criando um envolvimento social e um “acúmulo político” necessário para que fosse possível a aprovação do SUS na 8ª Conferência Nacional da Saúde e, alguns anos depois, na Constituição de 1988.

O espírito da 8ª Conferência Nacional de Saúde pode exigir de nós conselheiros, lideranças sociais, movimentos e entidades sociais, a “reinvenção político-metodológica” das Conferências. Nesta direção, a realização das conferências livres propostas pelo Conselho Nacional de Saúde é bem vinda como contributo à mobilização nas diferentes etapas. Para além delas, outras propostas poderiam ser muito oportunas no processo da 15ª, a exemplo de uma “marcha em defesa do SUS”, de uma visita pessoal aos senadores e deputados, de audiências com o poder judiciário, etc. Talvez devamos “recuperar” com mais força a mobilização e a pressão social na defesa do SUS e da Seguridade Social, do direito humano à saúde.

Apontar um desafio central para a 15ª Conferência pode soar estranho ou até anti-democrático para um período em que já aprendemos que não existem temas e assuntos permitidos ou proibidos, lutas e sujeitos mais importantes que outros. Uma democracia viva se faz fazendo e deve ser capaz de contemplar a diversidade no seu mais amplo sentido. Mas também é possível que essa rica “teia social” brasileira construa diálogos e pontes no sentido de reconhecer agendas comuns e urgentes nesse momento histórico.

**Portanto, CONSELHEIROS DE SAÚDE DO BRASIL, UNIVOS! PELO SUS! PELO DIREITO HUMANO À SAÚDE!**